



## PLANO DE TRABALHO

ACT Nº 41/2024

PLANO DE TRABALHO Nº 01/2024

Processo SEI-MGI nº 19973.115673/2023-99

Este Plano de Trabalho é peça integrante do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), em atendimento à legislação competente.

### 1. DADOS CADASTRAIS

Partícipe 1	Partícipe 2
<b>Órgão:</b> Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES)	<b>Órgão:</b> Banco do Brasil S/A - BB
<b>CNPJ:</b> 00.489.828/0001-55	<b>CNPJ:</b> 00.000.000/0001-91
<b>Esfera Administrativa:</b> Federal	<b>Esfera Administrativa:</b> Sociedade de Economia Mista. Federal
<b>Nome da Autoridade Signatária:</b> Roberto Seara Machado Pojo Rego	<b>Nome da Autoridade/Dirigente Signatário:</b> José Heriberto Pinheiro Junior
<b>Cargo:</b> Secretário de Gestão e Inovação (SEGES)	<b>Cargo:</b> Gerente Geral
<b>Matrícula SIAPE:</b> 1458895	<b>Matrícula nº:</b> F5561161

### 2. OBJETO

Estabelecer a adesão à Rede de Parcerias para o desenvolvimento de ações de colaboração mútua e de interesse público e recíproco, visando à melhoria da governança e gestão das parcerias da União operacionalizadas no Transferegov.br e dos projetos de investimento em infraestrutura operacionalizados no Obrasgov.br.

### 3. JUSTIFICATIVA

- Instituída pela Portaria Seges nº 4.890, de 28 de agosto de 2023, a **Rede de Parcerias** tem por objetivo desenvolver, por meio da governança colaborativa, ações voltadas à **melhoria da gestão das parcerias**, que envolvem colaboração mútua e interesse público e recíproco (Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022), e dos projetos de investimento em infraestrutura registrados no Cadastro Integrado de Projetos de Investimento (Obrasgov.br), bem como, promover e estimular ações de capacitação, comunicação e transparência. Nesse sentido, a Rede de parcerias atua em três eixos: **melhoria da Gestão, capacitação, e comunicação e transparência**.
- A Rede surgiu em 2015, a partir da necessidade de se identificar oportunidades de melhoria na gestão das transferências discricionárias e de se propor medidas para aperfeiçoar os respectivos procedimentos e normatização, chamada à época de Rede Siconv, a rede de governança colaborativa do então Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Assim como o aprimoramento das normas ao longo dos anos, a Rede também evoluiu, passando a se chamar Rede +Brasil, em aderência ao extinto Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, que instituiu a Plataforma +Brasil no âmbito da Administração Pública Federal, e, mais recentemente, **Rede de Parcerias**, conforme delimita o Decreto nº 11.271, de 2022, que instituiu o Sistema de Gestão de Parcerias da União (Sigpar).
- Foi também por meio dessa norma, que se instituiu o Transferegov.br, promovendo a evolução da Plataforma +Brasil, plataforma tecnológica integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à gestão, informatização e operacionalização das parcerias abrangidas pela norma. Cumpre observar que é objetivo do governo federal internalizar na referida Plataforma todas as modalidades de transferências de recursos da União, tornando mais eficiente e transparente a gestão desses recursos, tanto para o Estado brasileiro quanto para fins de controle pela própria sociedade.
- No que concerne ao processo de adesão à Rede, este se dá a partir da formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) ou Acordo de Cooperação (AC) para as instituições parceiras da "Primeira Camada", em que a celebração se dá diretamente com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Sendo o Termo de Adesão (TA) o instrumento utilizado para as instituições parceiras da "Segunda Camada", cuja celebração se dá por meio de adesão ao ACT ou ao AC de instituição já parceira da "Primeira Camada".
- De acordo com o inciso III, do art. 5º, do Decreto nº 11.271/2022, está entre as competências do órgão central do Sistema de Gestão de Parcerias da União (Sigpar), a Secretaria de Gestão e da Inovação, **promover a governança colaborativa e a atuação em rede dos órgãos e das entidades, públicos e privados, envolvidos nas parcerias**.
- De acordo com o inciso VIII, do art. 15, do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, compete à Secretaria de Gestão e Inovação **"propor e implementar políticas e diretrizes relativas à melhoria da gestão no âmbito das parcerias para execução de políticas públicas descentralizadas da União, por meio da Rede de Parcerias"**.
- Ainda, de acordo com o inciso XII, do art. 15, cabe à Secretaria de Gestão e Inovação a gestão do Cadastro Integrado de Projetos de Investimento - Obrasgov.br, desse modo, a atuação da Rede de Parcerias se estende a esse sistema estruturante de governança das informações dos investimentos em infraestrutura custeados com recursos do governo federal.
- Já no art. 20 do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, que trata das competências da Diretoria de Transferências e Parcerias da União – DTPAR, o inciso V define a promoção da governança colaborativa como forma de coordenação da Rede de Parcerias: **"realizar de forma colaborativa a governança e a gestão do conhecimento e da informação no âmbito da Rede de Parcerias"**.
- Conforme seu estatuto o Banco do Brasil S.A - BB tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
- Cabe ressaltar que o **Banco do Brasil S.A - BB** pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, organizado sob a forma de banco múltiplo, está sujeito ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regido por este Estatuto, pelas Leis nº 4.595/64, nº 6.404/76, nº 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis, conforme seu Estatuto Social (38797622), a qual irá participar do Elo Mercado e Controle Social, em que participam as Organizações do Mercado e Sociedade Civil.
- Nesse sentido, a referida instituição, ao aderir à Rede de Parcerias, contribuirá para o alcance de melhorias na implementação das políticas públicas. Assim, o Acordo contemplará ações de:

- melhoria da gestão nos processos de transferências da União, operacionalizadas por meio do Transferegov.br, bem como dos investimentos em infraestrutura

monitorados no Obrasgov.br;

2. promoção e realização de ações de capacitação; e
3. aprimoramento e implementação de ações de comunicação e transparência.

12. A adesão à Rede de Parcerias do **Banco do Brasil S.A - BB** se dará por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços públicos (MG), por intermédio da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), cabendo, aos Partícipes, a execução das ações, na forma proposta no presente Plano de Trabalho.

#### 4. CRONOGRAMA FÍSICO

Eixos de atuação	Ação	Prazo/ Periodicidade	Responsável
1	<b>Melhoria da gestão nos processos de parceria da União, operacionalizadas por meio do Transferegov, bem como dos investimentos em infraestrutura monitorados no Obrasgov.br.</b>		
1.1	Indicar servidores que acompanharão a execução do Acordo, informando nome, CPF, telefone <i>ee-mail</i> , enviando-o para o endereço <a href="mailto:rededeparcerias@gestao.gov.br">rededeparcerias@gestao.gov.br</a>	Durante a vigência do Acordo	BB S.A
1.2	Cadastrar CNPJ indicado para acesso ao Painei Gerencial do Parceriasgov.br e disponibilizar senhas.	Até 15 dias após o início da vigência	SEGES
1.3	Disponibilizar o Painei Gerencial do Parceriasgov.br.	Durante a vigência do Acordo	SEGES
2	<b>Capacitação dos usuários do Sistema</b>		
2.1	Elaborar cronograma de formação de multiplicadores.	Anual	SEGES e BB S.A
2.2	Realizar cursos na sua área de abrangência e atuação, inclusive utilizando a estrutura e atuação da UniBB.	Anual	SEGES e BB S.A
3	<b>Comunicação e transparência</b>		
3.1	Inserir <i>banner</i> para divulgação das ações da Rede de Parcerias, notícia e <i>pop-up</i> em sua página oficial na <i>internet</i> .	A partir do início da vigência	SEGES e BB S.A
3.2	Divulgar os cursos da Rede de Parcerias.	Anual e sempre quando houver alteração nos cursos	SEGES e BB S.A
3.3	Promover ações conjuntas para promoção da transparência.	Durante a vigência do Acordo	SEGES e BB S.A
3.4	Participar do Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União.	Anual	BB S.A
3.5	Participar das reuniões técnicas de trabalho promovidas pela Rede de Parcerias.	Quando convocado pela Secretaria da Rede de Parcerias	BB S.A
<b>Eixos combinados</b>			
1 e 3	Disponibilizar fórum virtual para troca de conhecimento e dúvidas.	10 dias a partir do início da vigência	SEGES
2 e 3	Disponibilizar cronograma dos cursos oferecidos pela Rede, com as datas de início e fim das inscrições de cada turma, a distância e presencial, sobre o Transferegov.br e suas ferramentas, bem como sobre o Obrasgov.br.	Durante a vigência do Acordo	SEGES
1 e 3	Realizar práticas conjuntas para melhoria na gestão nos processos de parcerias da União e investimentos em infraestrutura	Durante a vigência do Acordo	SEGES e BB S.A
1 e 3	Compartilhar boas práticas, conhecimentos gerenciais e resultados de fiscalizações, esclarecendo e orientando no que couber.	Durante a vigência do ACT	SEGES e BB S.A
1 e 3	Intercambiar conhecimentos, experiências e informações sobre cursos e treinamentos de interesse mútuo.	Durante a vigência do Acordo	SEGES e BB S.A

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ HERIBERTO PINHEIRO JUNIOR

Gerente Geral  
Banco do Brasil S/A - BB

ROBERTO SEARA MACHADO POJO REGO

Secretário  
Secretaria de Gestão e Inovação  
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HERIBERTO PINHEIRO JUNIOR, Usuário Externo**, em 12/04/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Fernando de Almeida, Diretor(a) Substituto(a)**, em 12/04/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Lemos de Andrade, Diretor(a)**, em 15/04/2024, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41268848** e o código CRC **FCAA9504**.